



CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Clemente Faria, nº 300, São José, CEP: 37.516-000

CNPJ: 11.838.525/0001-17 – Telefone (35) 3625-1305

E-mail: camaramarmelopolis@marmelopolis.mg.leg.br

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE 01/2025 PL 3/2025

1. OBJETO

Contratação de curso com a Empresa **PLENUM GESTÃO LTDA**, para treinamento de 01 (um) participante, no curso cujo tema é Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (Procedimentos da Dispensa Eletrônica e a Correta Instrução dos Processos), de 28 e 29 de janeiro de 2025, na cidade de Belo Horizonte - MG.

A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUAN T.
01	Curso Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (Procedimentos da Dispensa Eletrônica e a Correta Instrução dos Processos)	Unidade	01

2. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO.

2.1- Necessidade de capacitação e atualização de conhecimentos para exercício de suas funções. A capacitação de servidores e vereadores para a gestão pública deve ser uma das grandes prioridades dos órgãos, oferecendo bons serviços públicos e qualidade no atendimento populacional. Até porque, entre os fatores que demonstram a importância da capacitação estão a complexidade das funções e as atualizações sociais constantes, assim como a própria cobrança social dos serviços prestados. Por esse motivo, ao proporcionar a capacitação de um profissional acerca de suas funções, o serviço público também é aperfeiçoado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Clemente Faria, nº 300, São José, CEP: 37.516-000

CNPJ: 11.838.525/0001-17 – Telefone (35) 3625-1305

E-mail: camaramarmelopolis@marmelopolis.mg.leg.br

2.2- A opção pela inexigibilidade se dá em razão de viabilidade em contratar empresa especializada com profissional devidamente qualificado para a formação profissional em questão.

3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1- O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será feito em até 15 dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após a comprovação da execução do serviço licitado nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, Certidão Negativa de Débito do INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

3.2 - Em caso de irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura e dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

01.001.001 01 122 0001 2.004 3.3.90.39.00 – Ficha 00014

5. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Jurídica

5.2. Contrato Social.

5.3. Certidão negativa de débito municipal emitida pela sede da empresa licitante ou Certidão Negativa de Débito Estadual emitida pelo Estado sede da empresa licitante

5.4. Cópia dos documentos RG e CPF do responsável pela empresa licitante.

5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT- disponível em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho)



CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Clemente Faria, nº 300, São José, CEP: 37.516-000

CNPJ: 11.838.525/0001-17 – Telefone (35) 3625-1305

E-mail: camaramarmelopolis@marmelopolis.mg.leg.br

5.6. Certificado de Regularidade do FGTS CRF

5.7. Declaração que não emprega menor.

6. DOS PRAZOS

6.1 - A prestação do serviço descrito no objeto licitado deverá ser realizado conforme programação com validade de 12 meses mediante Ordem de Fornecimento expedida pela Câmara Municipal.

7. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

7.1. A prestação do serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, bem como em desacordo com os padrões de qualidades condições técnicas.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Obrigações da CONTRATADA:

8.2. **Ministrar o curso** “Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (Procedimentos da Dispensa Eletrônica e a Correta Instrução dos Processos)” conforme programação.

8.2.1 Dia 28/01 - Terça-feira, de 08:00 às 08:30hrs Credenciamento e entrega dos materiais.

8.2.2 Dia 28/01- Terça-feira, de 08:30 às 12:00hrs Módulo I 1
- Normatização e regulamentação da Lei 14.133/2021;
1.1 - Avaliação e adequações necessárias na estrutura de funcionamento do Órgão Público para atender aos dispositivos da Lei 14.133/2021; 1.2 - Características das Compras Diretas; 1.3 - Dispensas; 1.4 - Inexigibilidades; 1.5 - Fluxos nos processos das



CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELOPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Clemente Faria, nº 300, São José, CEP: 37.516-000

CNPJ: 11.838.525/0001-17 – Telefone (35) 3625-1305

E-mail: camaramarmelopolis@marmelopolis.mg.leg.br

Compras Diretas; 1.6 - Documentação necessária para os processos de Compras Diretas 1.7 - O Agente de Contratação e a escolha por Compras Diretas; 1.8 - Apresentação de minutas (edital, contrato, atas, etc...) para orientar a elaboração própria da entidade; 1.9 - Estudo de casos de erros grosseiros nos processos de Compras Diretas.

8.2.3 Dia 28/01 - Terça-feira, de 13:00 às 17:30hrs Módulo II

2.1 - Rol taxativo de hipóteses de Dispensa de licitação (art. 75) 2.2 - Dispensa de licitação pelo valor: novidades e possibilidades 2.3 - As diretrizes para mitigação do risco de fracionamento de despesas 2.4 - Compreensão do §3º do art. 75 da NLL: como realizar a dispensa pelo valor? 2.5 - Principais hipóteses de dispensa 2.6 - Estimativa de custos para dispensas 2.7 - Da Dispensa Eletrônica 2.7.1 - Obrigatoriedade de regulamentação; 2.7.2- Dispositivos legais para a dispensa eletrônica na Lei 14.133/21; 2.7.3 - Impactos da IN 67/2021 nas contratações diretas municipais; 2.7.4- Definição e avaliação do fracionamento de despesas; 2.7.5- A disputa da dispensa eletrônica; 2.7.6- As fases do processo de contratação direta.

8.2.4 Dia 29/01 - Quarta-feira, de 08:00 às 12:00hrs Módulo

III - Inexigibilidades de Licitação 3.1 - Enquadramento da inexigibilidade (art. 74) 3.2 - Hipóteses legais de inexigibilidade 3.3 - Inexigibilidade para serviços técnicos: diferenças e aproximações entre a Lei 14133/21 e a Lei nº 8.666/1993. 3.4 -Inexigibilidade para contratação de serviços de capacitação 3.5 - Estimativa de custos para inexigibilidade 4 - Estudos de casos sobre a utilização adequada das Compras



CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Clemente Faria, nº 300, São José, CEP: 37.516-000

CNPJ: 11.838.525/0001-17 – Telefone (35) 3625-1305

E-mail: camaramarmelopolis@marmelopolis.mg.leg.br

Diretas; 5- Discussão sobre compra de materiais, equipamentos e serviços a serem contratados de forma Direta. Encerramento - 12:00

8.2.5 Palestrante: Carlos Tiago Jorge de Azevedo

8.2.6 Correrá por conta da Contratada qualquer indenização por danos causados à Contratante ou a Terceiros, por culpa da mesma, seus empregados ou representantes, decorrentes do fornecimento do objeto licitado

8.2.7 A contratante reserva-se o direito de não aceitar os serviços licitados em desacordo com o previsto no Edital, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 78, inciso I da Lei Federal 14.133/2021 e legislações aplicáveis

8.2.8 A prestação dos serviços deverá ser atendida pela CONTRATADA independentemente da existência de graves deflagradas por quaisquer categorias profissionais relacionadas com a prestação dos serviços.

8.3. Obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1 - Emitir, por meio da Câmara Municipal a Ordem de Fornecimento;

8.2.2 - Atestar, por meio do Setor de Compras, a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

8.2.3 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas; 12.4 - Fiscalizar a execução do Contrato, através do setor de Recursos Humanos, que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

8.2.4 - Rejeitar toda e qualquer prestação de serviços de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;



CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Clemente Faria, nº 300, São José, CEP: 37.516-000

CNPJ: 11.838.525/0001-17 – Telefone (35) 3625-1305

E-mail: camaramarmelopolis@marmelopolis.mg.leg.br

8.2.5 - Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O contratado será responsabilizado administrativamente caso cometer qualquer das infrações discriminadas, no art. 155 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, sendo passível às seguintes sanções: Advertência, nas condições do §2º do art. 156 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

9.1.1. Multa moratória de 0,05% (cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.1.2. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação direta, no caso de inexecução total do objeto.

9.1.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

9.1.4. Impedimento de licitar e contratar, nas condições do §4º do art. 156 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

9.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas condições do 55º do art. 156 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

9.1.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em consonância com os regramentos estabelecidos nos art. 156 até o art. 163, no que couber, Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Clemente Faria, nº 300, São José, CEP: 37.516-000

CNPJ: 11.838.525/0001-17 – Telefone (35) 3625-1305

E-mail: camaramarmelopolis@marmelopolis.mg.leg.br

9.1.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10- VIGÊNCIA

A período de vigência para a realização do serviço será dará em até de 02 meses a partir da emissão da ordem de serviço expedido pela Câmara Municipal.

Marmelópolis, 24 de janeiro de 2025.

Rosiany Ribeiro de Carvalho

Agente de Contratação